



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
27º REUNIÃO ORDINÁRIA
18 DE SETEMBRO DE 2012

PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA

01– EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI nº 435/12 – Msgem 049/2012

Autor do Projeto: Poder Executivo

Autor da Emenda: Dep. Valdir Rossoni

Altera o Artigo 3º da Lei nº 17.152/2012. (Cessão de Imóvel à Associação de Deficientes Físicos do Paraná).

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 17.152 - 09 de Maio de 2012. Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, à Associação de Deficientes Físicos do Paraná – ADFP, do imóvel que especifica.

.....

Art. 3º. A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

MENSAGENS DO PODER EXECUTIVO

02– PROJETO DE LEI nº 460/12 – Mensagem 057/2012

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre a Estadualização da Estrada Municipal que liga a Sede do Município de Coronel Domingos Soares à PR - 449.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

03– PROJETO DE LEI nº 461/12 – Mensagem 051/2012

Autor: Poder Executivo

Dá nova redação aos arts. 1º e 3º da Lei nº 16.940/ 2011.

RELATOR: DEP. CAÍTO QUINTANA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 16.940 - 08 de Novembro de 2011. Súmula: Institui o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão no Estado do Paraná. (Concedido às pessoas físicas ou jurídicas que adaptarem suas edificações e treinarem seus funcionários, eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais, a fim de garantir o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais e às idosas).

Art. 1º. Fica instituído o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão, a serem concedidos às pessoas físicas ou jurídicas que adaptarem suas edificações e treinarem seus funcionários, eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais, a fim de garantir o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais e às idosas.

Parágrafo único Constarão no Certificado-Inclusão a identificação do agraciado, o número e a data desta lei, além dos dados característicos do diploma.

Art. 2º. A pessoa jurídica agraciada com o Certificado-Inclusão receberá o Selo-Inclusão, que poderá ser utilizado na divulgação de seus produtos e serviços.

Parágrafo único O prazo de validade do Certificado e do Selo coincidirá com o exercício fiscal subsequente àquele em que for feita a certificação.

Art. 3º. O Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão serão concedidos pelo Governador do Estado, ouvido o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e o Conselho Estadual do Idoso, nas seguintes graduações:

I - Grau Prata, à pessoa física ou jurídica que adaptar fisicamente suas edificações, eliminando as barreiras arquitetônicas para melhor atender à pessoa portadora de necessidades especiais e ao idoso;

II - Grau Ouro, à pessoa física ou jurídica que adaptar fisicamente suas edificações, eliminando as barreiras arquitetônicas, e treinar seus funcionários para melhor atender à pessoa portadora de necessidades especiais e ao idoso.

04– PROJETO DE LEI nº 466/12 – Mensagem 053/2012

Autor: Poder Executivo

Altera a Lei nº 11.580/1996, que dispõe sobre o ICMS.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 11.580 - 14 de Novembro de 1996. Súmula: Dispõe sobre o ICMS, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996 e adota outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

05– PROJETO DE LEI nº 463/12 – Mensagem 055/2012

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de Uso do Imóvel que especifica à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo, Mantenedora da Escola de Educação Especial Alternativa.

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

06– PROJETO DE LEI nº 462/12 – Mensagem 054/2012

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, ao Centro de Convivência Arte & Vida , do imóvel que especifica.

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

07– PROJETO DE LEI nº 464/12 – Mensagem 056/2012

Autor: Poder Executivo

Altera o art. 6º da Lei 9.579/1991, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 9.579 - 22 de Março de 1991. Súmula: *Regulamenta o parágrafo único do artigo 216 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.*

.....

Art. 6º. *As organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do Conselho habilitar-se-ão, nos períodos a serem estabelecidos, perante a Secretaria Executiva do CEDCA, comprovando por documentos suas atividades há pelo menos 01 (um) ano, bem como o Registro de Utilidade Pública no âmbito do Estado e, ainda, a indicar seu representante e respectivo suplente. [\(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010\)](#)*

§ 1º. *A seleção das organizações representativas da Sociedade Civil, interessadas em integrar o Conselho, far-se-á mediante eleição realizada entre as próprias entidades habilitadas. [\(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992\)](#)*

§ 2º. *A Secretaria de Estado da Criança e da Juventude encaminhará ao Governador do Estado, até o terceiro dia útil do mês indicado, a relação de entidades que integrarão o Conselho e os nomes dos Conselheiros representantes e suplentes por elas indicados para a devida nomeação. [\(Redação dada pela Lei 16631 de 22/11/2010\)](#)*

§ 3º. *... vetado ... [\(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992\)](#)*

§ 4º. *Os conselheiros representantes das entidades populares poderão ser reconduzidos, observando o mesmo processo previsto neste artigo. [\(Incluído pela Lei 10014 de 29/06/1992\)](#)*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

08– PROJETO DE LEI nº 465/12 – Mensagem 052/2012

Autor: Poder Executivo

Autoriza a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social a participar do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado de Assistência Social.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

PROJETO DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

09–PROJETO DE LEI nº 469/12

Autor: Tribunal de Justiça

Cria a Comarca de Pontal do Paraná, de Entrância Inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277/2003.

RELATOR: DEP. NELSON JUSTUS

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 14.277 - 30 de Dezembro de 2003. Súmula: *Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.*

10–PROJETO DE LEI nº 468/12

Autor: Tribunal de Justiça

Extingue os Distritos Judiciários de Pinhalzinho, do Município de Goioxim, da Comarca de Cantagalo e de Poema, do Município de Nova Tebas, da Comarca de Manoel Ribas e altera dispositivos da Lei Estadual nº 14.277/ 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 14.277 - 30 de Dezembro de 2003. Súmula: *Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

11–PROJETO DE LEI nº 467/12

Autor: Tribunal de Justiça

Dispõe sobre a extinção das classes de Auxiliar Judiciário, Auxiliar Judiciário I, Auxiliar Judiciário II E Auxiliar Judiciário III, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça, constante do anexo I da Lei 16.744/10 e da Tabela 4 do anexo I da Lei nº 16.748/10.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 16.744 - 29 de Dezembro de 2010. Súmula: Transforma os cargos que especifica, do Quadro Efetivo de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça.

Lei 16.748 - 29 de Dezembro de 2010. Súmula: Reestrutura, conforme especifica, os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores.

PROPOSIÇÃO DE VETO

12– PROPOSIÇÃO DE VETO nº 35/12

Autor: Poder Executivo

Veta o Projeto de Lei 303/12, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que dispõe sobre o Tratamento Tributário Relativo ao ICMS devido pelos estabelecimentos industriais nas operações com produtos em cuja fabricação seja utilizado material reciclado.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

EMENDAS DE PLENÁRIO E DE OUTRAS COMISSÕES PERMANENTES

13 – EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI nº 835/11

Autor do Projeto: Dep. Evandro Junior

Autor da Emenda: Dep. Evandro Junior

Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em Shows Culturais e Esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

14 – EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI nº 157/12

Autor do Projeto: Dep. Pedro Lupion

Autor da Emenda: Dep. Pedro Lupion

Estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores paranaenses e dá outras providências.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

15– EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI nº 798/11

Autor do Projeto: Dep. Roberto Aciolli

Autor da Emenda: Dep. Fernando Scanavaca

Determina a obrigatoriedade de instalação de anteparo de vidro acima dos balcões de 'buffets' em restaurantes.

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

16–EMENDA ADITIVA DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO AO PROJETO DE LEI nº 306/12

Autor do Projeto: Dep. Anibelli Neto

Autor da Emenda: Comissão de Indústria e Comércio

Altera a Lei Estadual nº 16.086, de 17/04/2009, que dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF, do Técnico (Farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 16.086 - 17 de Abril de 2009. Súmula: Dispõe que os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

Art. 1º. Os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

Art. 2º. O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os responsáveis ao pagamento de multa, correspondente a 500 (quinhentas) UFIRs, não os desobrigando da afixação da referida placa.

§ 1º. Em caso de reincidência, o valor da multa aplicada será em dobro.

§ 2º. Independentemente da sanção prevista no caput deste artigo, os responsáveis pelos estabelecimentos de que trata esta lei terão o prazo de 30 (trinta) dias para procederem a afixação da placa, sob pena de receberem novas multas.

Art. 3º. Para seu fiel cumprimento, esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor depois de contados 30 dias da data de sua publicação, ficando tal período destinado à adaptação dos estabelecimentos ao cumprimento desta Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS DE LEI EM 2ª DISCUSSÃO

17–PROJETO DE LEI nº 409/12

Autor: Dep. Prof. Lemos

Torna obrigatória a inscrição do grupo sanguíneo e do fator RH nas fichas escolares dos alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

18–PROJETO DE LEI nº 343/12

Autor: Dep. Gilberto Ribeiro

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras dos serviços de telefonia, TV por assinatura e concessionárias que exploram o fornecimento de energia e gás sediadas no Estado do Paraná, a veicular nas contas mensais enviadas ao consumidor, fotografias e dados de pessoas desaparecidas.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

19–PROJETO DE LEI nº 370/12

Autor: Dep. Plauto Miró

Autoriza a construção de Usina Termoelétrica junto à Fábrica de Celulose Klabin S/A, localizada no Município de Ortigueira.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

20–PROJETO DE LEI nº 375/12

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Institui o dia Estadual do Cooperativismo.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI

21–PROJETO DE LEI nº 387/12

Autor: Dep. Dr. Batista

Concede o título de cidadão benemérito do Estado do Paraná ao Senhor CILIO MAR TORTOLA.

RELATOR: DEP. ELIO RUSCH



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

22–PROJETO DE LEI nº 37/12

Autor: Dep. Mara Lima

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor PASCHOAL PIRAGINE JÚNIOR.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

23–PROJETO DE LEI nº 411/12

Autor: Dep. Rasca Rodrigues

Altera o artigo 4º da Lei nº 17.259/12. (Indústria e Comércio).

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 17.259 - 31 de Julho de 2012. Súmula: *Dispõe sobre a identificação de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica.*

....

Art. 4º *Os códigos de barras das embalagens dos produtos constantes dos incisos I, II, III, IV e V do art. 5º também deverão conter todas as informações estabelecidas pela presente Lei.*

24–PROJETO DE LEI nº 414/12

Autor: Dep. Professor Lemos

Concede a isenção do pagamento de taxas, relativas à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, aos policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários do estado.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

25–PROJETO DE LEI nº 310/12

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Obriga as empresas de Planos de Saúde a autorizarem, todos os exames que exijam análise prévia em um prazo máximo de 24 horas, quando o paciente for idoso.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

26–PROJETO DE LEI nº 104/12

Autor: Dep. Ney Leprevost

Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos realizados no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. PR. EDSON PRACZYK

27–PROJETO DE LEI nº 417/12

Autor: Dep. Anibelli Neto

Estabelece a obrigatoriedade dos Parques de Diversão, públicos e privados, de disponibilizarem brinquedos e equipamentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

28–PROJETO DE LEI nº 368/12

Autor: Dep. Gilson de Souza

Dispõe sobre a obrigatoriedade de Bancos e Agências Bancárias no Estado do Paraná, instalarem e oferecerem banheiros sanitários para os seus clientes em atendimento e dá outras providências.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

29–PROJETO DE LEI nº 445/12

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Torna obrigatório o cumprimento da ordem de inscrição e a divulgação da listagem dos pacientes que aguardam cirurgia na Rede Pública Hospitalar do estado do Paraná.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

30–PROJETO DE LEI nº 453/12

Autor: Deps. Duílio Genari e Valdir Rossoni

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Ministro FELIX FISCHER.

RELATOR: DEP. CAÍTO QUINTANA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

31–PROJETO DE LEI nº 214/12

Autor: Dep. Ney Leprevost

Dispõe sobre a obrigatoriedade de demarcação das áreas de pesca, lazer ou recreação, nos municípios com orla marítima, lacustre ou fluvial.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI

32–PROJETO DE LEI nº 367/12 – anexo 379/12

Autor: Dep. Gilson de Souza

Altera dispositivo da Lei Estadual nº 12.242 de 31 de julho de 1998 com nova redação pela Lei nº 13.129 de 16 de abril de 2001, Lei que proíbe a realização e aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 12.242 - 31 de Julho de 1998. Súmula: *Proíbe a realização de aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos de idade, sem autorização por escrito dos pais ou responsáveis.*

Art. 1º. *Os estabelecimentos comerciais, profissionais liberais ou qualquer pessoa que aplique tatuagem permanente, ainda que a título não oneroso, ficam proibidos de realizar tal procedimento em menores de 18 anos de idade, sem autorização por escrito dos pais ou responsáveis.*

PROJETOS COM RETORNO DE DILIGÊNCIAS

33–PROJETO DE LEI nº 93/12

Autor: Deps. Douglas Fabricio, Ney Leprevost, Marcelo Rangel, Marla Tureck, Cesar Silvestri Filho

Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição junto ao cadastro de contribuintes do ICMS, dos estabelecimentos que forem flagrados realizando instalação, utilização, manutenção, locação, guarda ou depósito de máquinas caça-níqueis e assemelhadas no âmbito do estado do Paraná e dá outras providências.

RELATOR: DEP. PR. EDSON PRACZYK



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

34–PROJETO DE LEI nº 679/11

Autor: Dep. Rasca Rodrigues

****Anexado n. 982/11 – Dep. Cheida**

Estabelece critérios para a concessão ou manutenção de permissões ambientais de emissões de efluentes líquidos no Estado do Paraná para produtores ou empreendedores que exerçam atividades, comerciais em propriedades e residências rurais, vinculadas à cadeia produtiva da agricultura familiar e adota outras providências.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

35–PROJETO DE LEI nº 270/12

Autor: Dep. Nelson Luersen

Determina a impressão de quadro de vacinas obrigatórias nas embalagens de leite tipo C e B.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

36–PROJETO DE LEI nº 099/12

Autor: Dep. Bernardo Ribas Carli

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores manterem amostras sem lacre dos produtos à venda, para exame do consumidor.

RELATOR: DEP. PR. EDSON PRACZYK

PROJETOS COM DILIGÊNCIAS NÃO RESPONDIDAS

NO PRAZO DE 90 DIAS

37–PROJETO DE LEI nº 701/11

Autor: Dep. Cesar Silvestri Filho

Dispõe sobre a aquisição, no âmbito das administrações das unidades prisionais, de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO

38–RECURSO AO PROJETO DE LEI nº 986/11

Autor: Dep. Ney Leprevost

Concede anistia às infrações de fila dupla para embarque/desembarque aos taxistas no âmbito do estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

39–RECURSO AO PROJETO DE LEI nº 137/12

Autor: Dep. Prof. Lemos

Dispõe sobre a proibição de uso de recursos públicos no Estado do Paraná para contratação de artista que em suas músicas, danças ou coreografias desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

RELATOR: DEP. ELIO RUSCH

PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

40–PROJETO DE LEI nº 423/12

Autor: Dep. Augustinho Zucchi

Declara de Utilidade Pública a Sociedade Rural Pato Branco, com Sede e Foro no Município de Pato Branco.

RELATOR: DEP. DUILIO GENARI